

# MP da venda da Vale é reeditada

09/13/97 36

## BNDES diz que há erros primários no relatório feito por técnicos da Coppe

• BRASÍLIA e RIO. O Governo reeditou ontem a medida provisória que trata do Programa Nacional de Desestatização (PND), incluindo no texto regras sobre a privatização da companhia Vale do Rio Doce. A MP prevê que 50% dos recursos a serem arrecadados com a venda da Vale sejam destinados à concessão de créditos ao setor privado através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A medida não estabelece a destinação para a outra metade dos recursos.

Serão transferidas para o BNDES ações ordinárias e preferenciais nominativas, de propriedade da União e emitidas pela Vale. Em contrapartida, o BNDES poderá assumir dívidas da União com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) ou permutar as ações por debêntures da BNDES Participações (BNDES-Par). Mas essa operação ficará a critério do Ministério da Fazenda, que também estabelecerá as condições complementares para a transferência das ações.

Os recursos obtidos com a alienação das ações serão destinados a empréstimos ou financiamentos ao setor privado. Mas o dinheiro deverá ser aplicado em projetos de infra-estrutura e aumento da competitividade do setor industrial. A MP proíbe a concessão de financiamentos para as administrações públicas federal, estaduais ou municipais.

Os ministros do Planejamento, Antônio Kandir, e da Fazenda, Pedro Malan, apresentaram argumentos ao presidente Fernando Henrique Cardoso para incluir essas mudanças relacionadas à Vale na MP. As mudanças já haviam sido decididas pelo Conselho Nacional de Desestatização.

### BNDES tenta dismantlar relatório da Coppe

O BNDES procurou dismantlar ontem o relatório elaborado por técnicos da Coppe, da UFRJ, que apontava erros na avaliação do preço mínimo da Vale. O presidente do banco, Luiz Carlos Mendonça de Barros, afirmou que existem erros primários nas constatações técnicas do relatório, e que as críticas em relação à modelagem do leilão da Vale têm caráter político. O relatório foi encomendado pela Comissão Externa da Câmara para o acompanhamento da privatização da Vale, presidida pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ).

— Ser contrária à privatização é um direito absoluto da comissão, mas é preciso separar bem a motivação política da técnica — afirmou Mendonça de Barros.

O presidente do BNDES disse que estranhou que a comissão não tenha procurado o banco para uma conversa técnica antes da divulgação do relatório. Ele acrescentou que entende a existência de uma briga por trás da venda da Vale. Perguntado se a

comissão teria agido de má-fé ao encomendar o relatório à Coppe, Mendonça de Barros respondeu:

— Prefiro não fazer juízo, mas acredito que tenha sido essa a única explicação.

Ele considerou ilegítimas e injustas as acusações feitas em tom de denúncia de que o BNDES cometera erros técnicos na origem do processo de privatização da Vale. Mendonça de Barros voltou a atacar a comissão, dizendo que ela não teve a consciência democrática de buscar o debate.

O presidente do BNDES se mostrou extremamente irritado com as discussões em torno da formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Vale do Rio Doce:

— Não questiono que a comissão tenha uma posição diferente do Executivo, mas a idéia de uma CPI eu não posso aceitar — disse Mendonça de Barros.

### Miro Teixeira já reuniu assinaturas para abrir CPI

O deputado Miro Teixeira, ao tomar conhecimento das declarações de Mendonça de Barros, disse que é contra a privatização da Vale e que o preço estabelecido pela estatal é uma questão secundária. Miro afirmou que já reuniu mais de 190 assinaturas na Câmara para a instalação de uma CPI. O número já é suficiente, mas o deputado tenta agora o apoio do Senado, para que a CPI seja mista.

— Aprovamos na quarta-feira passada a convocação do presidente do BNDES e ele terá a oportunidade de debater no foro próprio, que é a Câmara — anunciou Miro, afirmando que a data da convocação será fixada de acordo com a agenda de Mendonça de Barros.

Entre os erros de avaliação apontados no relatório da Coppe — e rebatidos pelo BNDES — estão os direitos minerários, as avaliações das áreas de alumínio e papel e celulose e as reservas de ouro, urânio e titânio. No segmento de alumínio, a Coppe, segundo Mendonça de Barros, desconsiderou uma dívida a pagar de US\$ 2 bilhões ao avaliar a reserva em US\$ 3 bilhões. O mesmo ocorreu na área de papel e celulose, no qual a Vale tem uma dívida de US\$ 1 bilhão, não levada em conta pela Coppe.

Outro ponto que o BNDES procurou esclarecer foi a taxa de desconto de 6,5% sugerida pela Coppe, contra a taxa de 10% usada pelo banco. Segundo Mendonça de Barros, o percentual proposto pela Coppe não considera os riscos do negócio e do país, quesitos importantes em qualquer avaliação econômica séria:

— Se o BNDES utilizasse a taxa de 6,5%, seria o mesmo que aplicar em títulos do Tesouro americano com prazo de 30 anos, que dão esse retorno sem a necessidade de se correr riscos. ■